

ATA NÚMERO 340/XII/4.^a SL

Aos dezassete dias do mês de dezembro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 337 e 338, referentes às reuniões de 10 e 12 de dezembro.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) – Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 264/XII/4.^a (GOV) - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.
4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 400/XII/3.^a - Solicita alteração do regime fiscal (artigo 5.º do CIRS) de amortização de obrigações.
Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
5. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 406/XII/3.^a - Pretende que seja extensivo às entidades cuidadoras de animais o benefício fiscal consagrado nos n.os 4 e 6 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), na sua redação atual.
Relator: Senhor Deputado António Gameiro (PS).
6. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS solicitando a audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, sobre os desenvolvimentos recentes em matéria de suplementos remuneratórios, proteção social e requalificação dos trabalhadores da administração pública e recurso pelos serviços públicos aos Contratos de Emprego-Inserção.
8. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) – Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.
9. Outros assuntos.

10:30

Audição do Presidente do Tribunal de Contas no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 259/XII/4.^a (GOV) - Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

-
- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 337 e 338, referentes às reuniões de 10 e 12 de dezembro.**

Iniciou os trabalhos o Senhor Vice-Presidente da Comissão Fernando Virgílio Macedo.

As [atas n.ºs 337 e 338](#), referentes às reuniões de 10 e 12 de dezembro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, com ausência do BE.

- 2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) – Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de**

plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.

A redação final da [Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a \(GOV\)](#) foi fixada sem votos contra, verificando-se a ausência do BE. Aceitou-se ainda a sugestão para redação do n.º 3 do artigo 59.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, constante do artigo 10.º do projeto de decreto, substituindo-se a expressão “passes de transportes públicos coletivos” por “passes sociais”. Deliberou também a Comissão, relativamente ao artigo 16.º do projeto de decreto, substituir a palavra “Decretos” pela palavra “Decreto”.

- 3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 264/XII/4.^a (GOV) - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.**

No âmbito da definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a, o Senhor Deputado João Galamba (PS) propôs a audição da Ministra das Finanças, do Banco de Portugal, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e da Associação Portuguesa de Bancos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pronunciou-se favoravelmente e sugeriu que a audição da Senhora Ministra das Finanças se realize em último lugar. Propôs que, se possível, as audições se realizem na primeira semana de janeiro.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) questionou então se não faz sentido solicitar um parecer ao Banco Central Europeu (BCE).

O Senhor Presidente da Comissão, entretanto, assumiu a condução dos trabalhos.

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) não apresenta objeções, lembrando que se deve ter em conta o limite temporal para a apreciação e votação da Proposta de Lei. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) questionou se estava já estabelecido um calendário para a discussão e votação da Proposta de Lei.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente referiu que há tempo suficiente para o BCE se pronunciar, caso o parecer seja solicitado ainda esta semana. Acrescentou que, ainda que não haja resposta, esse facto não condiciona o processo legislativo.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugeriu que a votação na especialidade se realizasse a 14 de janeiro, com limite para apresentação das propostas de alteração até 12 ou 13 de janeiro, dando assim utilidade às audições previstas.

O Senhor Presidente pretende que o tema Conta Geral do Estado seja resolvido o mais rápido possível, manifestando também vontade de que a audição com o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, no dia 28 de janeiro, também tenha como objeto a Conta Geral do Estado 2013.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou que fosse remetida por e-mail a listagem das audições a realizar em janeiro, tendo o Senhor Presidente asseverado que essa distribuição ocorrerá assim que houver confirmações relativas às várias audições.

4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 400/XII/3.^a – Solicita alteração do regime fiscal (artigo 5.º do CIRS) de amortização de obrigações.

Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) apresentou o relatório sobre a [Petição n.º 400/XII/3.^a](#), dando nota das pretensões do peticionário e das diligências desenvolvidas enquanto relator, informando ainda que as recentes alterações introduzidas ao Código do IRS constituem uma resposta ao objeto da Petição. Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD) e João Galamba (PS), que saudaram o relator, após o que, não se registando intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

5. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 406/XII/3.^a – Pretende que seja extensivo às entidades cuidadoras de animais o benefício fiscal consagrado nos n.os 4 e 6 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), na sua redação atual.

Relator: Senhor Deputado António Gameiro (PS).

Para apresentar o relatório sobre a [Petição n.º 406/XII/3.^a](#), usou da palavra o Senhor Deputado António Gameiro (PS), relator, recordando o objeto da Petição e das pretensões dos

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

peticionários, que subscreveu, e dando nota das diligências desenvolvidas pela Comissão nomeadamente quanto ao pedido de informações ao Governo e a ausência de resposta até à data de elaboração do relatório. Em sede de debate, usou da palavra a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), que saudou o relator. Não havendo intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

6. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

O Senhor Presidente deu nota das três petições pendentes em Comissão, todas dentro do prazo de apreciação, sublinhando o esforço efetuado pelos relatores e louvando o seu desempenho, sublinhando o facto de tal ter decorrido num período de trabalhos adicionais da Comissão. Usou da palavra, de seguida, o Senhor Deputado Duarte Pacheco, que subscreveu a intervenção do Senhor Presidente, sublinhando ainda que o bom desempenho da COFAP na apreciação de petições, atento o volume de trabalho, é particularmente notório.

7. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS solicitando a audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, sobre os desenvolvimentos recentes em matéria de suplementos remuneratórios, proteção social e requalificação dos trabalhadores da administração pública e recurso pelos serviços públicos aos Contratos de Emprego-Inserção.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o Requerimento, dando nota do seu objeto e dos seus fundamentos, nomeadamente quanto ao membro do Governo a ouvir em audição. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que deu nota do facto de algumas das questões suscitadas não se encontrarem sob a tutela do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, e considerando não dever a Assembleia da República interferir num processos de diálogo em curso entre o Governo e a Presidência da República, considerando ser possível aos Grupos Parlamentares exercer de outro modo as prerrogativas de fiscalização do Governo, quer no âmbito das audições regimentais periódicas, quer no âmbito de agendamentos potestativos. A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) reiterou a importância da audição ao membro do Governo em apreço, dando nota da apresentação de um requerimento potestativo em caso de rejeição do presente requerimento. Não se registando intervenções adicionais, foi o requerimento votado e rejeitado, com os votos favoráveis de PS e PCP e contra de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do BE.

Os trabalhos, foram de seguida, suspensos com vista a dar início à audição prevista.

10:30

Audição do Presidente do Tribunal de Contas no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 259/XII/4.ª (GOV) - Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas, bem como ao Senhor Vice-Presidente e ao Senhor Diretor-Geral, enquadrando a audição no âmbito da apreciação pela Comissão, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 259/XII/4.ª \(GOV\)](#).

De seguida, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas efetuou uma alocução inicial, dando nota das posições da Comissão Permanente daquele Tribunal sobre a iniciativa em apreço, após o que interveio o Senhor Vice-Presidente do Tribunal, que efetuou um conjunto de considerações, na especialidade, sobre a Proposta de Lei, apresentando propostas concretas de redação.

Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados António Filipe (PCP), António Gameiro (PS), Cristóvão Crespo (PSD) e Vera Rodrigues (CDS-PP), tendo o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas usado da palavra para responder, individualmente, às questões e comentários colocados pelos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente do Tribunal de Contas entregou, para análise pelos Grupos Parlamentares, dois documentos sobre a Proposta de Lei.

Não se registando pedidos adicionais de intervenção, o Senhor Presidente da COFAP deu por concluída a [audição](#), agradecendo ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas a presença na audição e as informações e esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

De seguida, a Comissão retomou a Ordem do Dia, com vista a dar seguimento os restantes pontos ainda não apreciados.

8. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) – Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.

O Senhor Presidente da Comissão recordou o agendamento do presente ponto da Ordem do Dia, efetuado na véspera.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que manifestou preocupação com o modo como a redação final da iniciativa foi preparada, com pouco tempo de preparação e sem a habitual informação da DAPLEN a acompanhar o projeto de Decreto, nos termos justificados pelos serviços, considerando que tal não dignifica o trabalho da Assembleia da República nem, em particular, da COFAP, pelo que manifestou a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PCP para uma reunião na sexta-feira seguinte, de modo a permitir uma adequada leitura dos documentos referentes à redação final do diploma, evitando assim a necessidade de correção posterior de erros, tal como ocorrido no ano anterior, em sede de reforma do IRC.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), por seu turno, informou estar em condições de fixar a redação final na presente reunião, havendo sempre a possibilidade de ser necessária a correção, em momento posterior, de algum lapso que seja entretanto detetado, não sendo o adiamento da reunião condição suficiente para que nenhuma questão fique por detetar.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) subscreveu as preocupações suscitadas pelo PCP, bem como pelos serviços quanto à dificuldade de preparação de uma redação final desta natureza.

De seguida, não havendo intervenções adicionais, a Comissão analisou o projeto de Decreto, com vista à fixação da redação final, nos termos regimentais aplicáveis.

Nestes termos, a redação final da iniciativa referida foi fixada sem votos contra, na ausência do Grupo Parlamentar do BE, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pela DAPLEN. Deliberou ainda a Comissão que a redação do corpo do n.º 1 do artigo 127.º do Código do IRS deve ser a que consta da proposta de alteração aprovada em sede de especialidade, parte da qual não foi por lapso inserida no texto final remetido para votação final global.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Foi, ainda, deliberado que no n.º 2 do artigo 84.º do Código do IRS, onde se lê “retribuição mínima mensal”, deve ler-se “retribuição mínima mensal garantida”.

Atenta a alteração ao artigo 73.º do Código do IRS (ocorrida no presente diploma e na Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª (GOV)), deliberou a Comissão solicitar que, dentro do possível, a publicação em Diário da República do diploma referente à “fiscalidade verde” ocorra previamente à publicação do diploma referente ao “IRS” (e conseqüente republicação do Código do IRS).

Adicionalmente, deliberou a Comissão manter a redação da alínea a) do novo artigo 101.º-B do Código do IRS tal como aprovada, atento o esclarecimento transmitido pelo Governo.

9. Outros assuntos.

A Comissão analisou a calendarização dos trabalhos prevista para o mês de janeiro, no âmbito do processo legislativo em curso, da apreciação da Conta Geral do Estado de 2013 e das audições periódicas de membros do Governo.

De seguida, o Senhor Presidente efetuou um balanço da Conferência, considerando que tinha decorrido de um modo bastante positivo, atentos os constrangimentos, tendo sido deliberado solicitar junto de todos os oradores a utilização pública das apresentações efetuadas, ou a sua substituição por um texto escrito, com vista à preparação de uma publicação. Intervieram, sobre esta matéria, os Senhores Deputados Nuno Reis (PSD) e Paulo Sá (PCP).

Sobre o Grupo de Trabalho, criado na reunião anterior da Comissão, no âmbito da concretização da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro, o Grupo Parlamentar do PS cedeu a Coordenação do mesmo, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) como Coordenadora. O Grupo Parlamentar do PS indicou os Senhores Deputados Catarina Marcelino e Ivo Oliveira (PS) e o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou os Senhores Deputados Vera Rodrigues e Michael Seufert (CDS-PP) como membros do Grupo de Trabalho.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
António Gameiro
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Nuno Serra
António Filipe

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Filipe Soares